

# **A Ideia de Liberdade em Portugal**

DO CONTRATUALISMO ABSOLUTISTA  
ÀS SEQUELAS DO TRIÉNIO VINTISTA

Isabel Maria Banond de Almeida

PREFÁCIO DE  
Martim de Albuquerque

# A IDEIA DE LIBERDADE EM PORTUGAL

AUTORA

ISABEL MARIA BANOND DE ALMEIDA

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78, 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

342763/12

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objecto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

ALMEIDA, Isabel Maria Banond de, 1960-

A ideia de liberdade em Portugal: do contratualismo absolutista  
às sequelas do triénio vintista. – (Teses de doutoramento)  
ISBN 978-972-40-4481-1

CDU 342

347

321

Apoio financeiro da FCT – Fundo de Apoio à Comunidade Científica

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

935134

# ÍNDICE

DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vii
PREFÁCIO	ix
NOTA DE ABERTURA	xi
EXPLICAÇÃO DE CONCEITOS	xiii
INTRODUÇÃO	xli
<b>PARTE I</b>	
<b>DA HISTÓRIA DA IDEIA DE LIBERDADE</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CONDICIONANTES INTERNACIONAIS NO PENSAMENTO POLÍTICO SETECENTISTA: A IDEIA DE LIBERDADE INDIVIDUAL E A QUESTÃO DA LIBERDADE DOS POVOS (?) ATÉ AO DEALBAR DO INDIVIDUALISMO</b>	<b>3</b>
<b>§ 1º. Ideia geral da Europa dos déspotas esclarecidos</b>	<b>4</b>
1. Figuras a que se atribuíram palavras e actos (remissões)	7
2. Contributos além-Mancha anteriores ao Individualismo e seu enquadramento	10
3. Outros casos	11
<b>§ 2º. A Europa culta: o Direito Natural, a Liberdade individual e a tolerância religiosa</b>	<b>12</b>
1. O Direito Natural no concerto do Absolutismo clássico	12
2. O Direito Natural no concerto do despotismo ilustrado	13
3. “O tempo” ou a relevância da História/Razão e Direito	27
4. A Liberdade individual no concerto do Absolutismo e do despotismo ilustrado	31
4.1. Liberdade de pensamento, de consciência e tolerância religiosa no Absolutismo régio	31
4.2. Liberdade de pensamento, de consciência e tolerância religiosa no despotismo ilustrado	32
4.2.1. Sintomas da mudança em França	32
4.2.2. A germânica forma de reflexão	48
4.2.3. Triunvirato italiano e Iluminismo católico	50
<b>§ 3º. A Europa culta: o contrato, o valor do indivíduo e a ideia de Liberdade</b>	<b>58</b>
1. O contrato, o valor do indivíduo e a ideia de Liberdade no Absolutismo clássico	58
2. O contrato, o valor do indivíduo e a ideia de Liberdade no despotismo ilustrado	63
2.1. A França	63
2.2. A Holanda	90
2.3. Contributos alemães ou o jusracionalismo na sua teorização acabada	91
2.4. Itália e Espanha: a decisão católica	114
2.5. Outros contributos percussores da Liberdade política – uma renovada visão	123

3. Nota sobre a relevância das Leis Fundamentais no despotismo europeu	136
4. A questão do regalismo e os seus próceres	137
<b>§ 4º. Síntese da temática do presente capítulo</b>	137
CAPÍTULO II	
<b>O PORTUGAL DO ECLECTISMO CULTURAL E POLÍTICO: LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE CONSCIÊNCIA, TOLERÂNCIA RELIGIOSA E LIBERDADE DOS POVOS (?) ATÉ AO DEALBAR DO INDIVIDUALISMO</b>	143
<b>§ 1º. Um país à procura de rumo num continente de mudanças: em torno da ideia de Liberdade entre o dealbar de Setecentos e a Era do Individualismo</b>	144
1. A vulgarização do Pensamento, a censura e a Liberdade de consciência: a posição dos autores e das suas Obras como reflexo do “modus operandi” científico nacional: “os filósofos”, “os políticos”, “os históricos”, “os reformadores” nos primeiros 60 anos de Setecentos...	145
1.1. Ideias gerais: a primeira subdivisão	145
1.2. Homenagem ao Direito Natural e à História	145
1.3. Manifestações da Liberdade individual:	151
1.4. A Universidade como caso especial do absolutismo régio e a Liberdade individual: a primeira subdivisão	171
2. Conceptualização da segunda fase de renovação do Pensamento iluminista em Portugal	182
2.1. Personificação lusitana do Direito Natural	182
2.2. Censura e Liberdade de consciência como Liberdade individual	184
3. Escritos oficiais e órgãos do Estado promotores da renovação cultural ecléctica: suas convicções: segunda subdivisão	190
3.1. <i>A Real Mesa Censória</i> : a impugnação da Liberdade de consciência e do jesuitismo e a aceitação moderada do jusnaturalismo protestante – 1768	190
3.2. <i>A Dedução Chronologica e Analytica</i> e a abertura ao jusracionalismo Iluminista – 1767	200
3.3. <i>O Regimento do Santo Officio da Inquisição de Portugal</i> – 1774	206
3.4. Apreciação geral do problema no josefismo nacional: abertura <i>versus</i> manutenção do <i>status</i>	208
3.5. Realizações associadas à Reforma Pombalina: a Universidade como caso especial do Absolutismo régio	209
3.6. Pombal, os cristãos-novos e a equidistância social – sumária referência	219
3.7. O regalismo pombalino	223
4. O entardecer do séc. XVIII: o epílogo do eclectismo	225
4.1. Direito Natural, História e ocaso do eclectismo	229
4.2. Liberdade de pensar e opções da consciência	230
<b>§ 2º. Marcas do Absolutismo régio em Portugal: D. João V, D. José e as influências estrangeiras</b>	246
1. O Antigo Regime, a origem divina do Poder e as suas manifestações jus-filosóficas e políticas em Portugal	247
1.1. O contributo europeu e a decisão portuguesa	250
1.2. Índices do poder temporal: liberdades e “jus puniendi”	262
1.3. Quadro geral das opções teóricas portuguesas	268

2. Sinergias morais lusitanas e a ideia de Liberdade dos povos?	269
2.1. Poder político e Liberdade (origem do Poder e Contrato) em versão anterior à <i>Dedução Chronológica</i> : a primeira subdivisão	271
3. A <i>Dedução Chronológica</i> e escritos afins: a segunda subdivisão	282
3.1. Teorização lusitana correlativa à política oficial: segunda subdivisão	289
3.2. A questão do regalismo: segunda subdivisão	299
4. Posicionamento português posterior ao consulado pombalino: a terceira subdivisão	307
4.1. Lei Natural/Direito Natural e Razão	307
4.2. Poder político e Liberdade (origem do Poder e Contrato) em versão posterior a Pombal	309
4.2.1. A polémica entre Mello Freire e Ribeiro dos Santos a respeito da Liberdade dos povos	340
5. Decisão penalística na terceira subdivisão	346
<b>§ 3º. Síntese da temática do presente capítulo</b>	<b>347</b>
PARTE II	
<b>DA HISTÓRIA DA IDEIA DE LIBERDADE (SEQUÊNCIA)</b>	<b>351</b>
CAPÍTULO III	
OS PRINCÍPIOS DO LIBERALISMO E O TECER DA IDEIA DE LIBERDADE NAS FONTES ANTERIORES AO INDIVIDUALISMO: A LIBERDADE INDIVIDUAL E A LIBERDADE POLÍTICA DO CIDADÃO EM DIÁLOGO COM A COMUNIDADE LIVRE	353
<b>§ 1º. Objectivo a atingir na senda da História da Liberdade à Liberdade na História: o pré-liberalismo</b>	<b>354</b>
Ponto único – Apresentação do problema	354
<b>§ 2º. A importância da Inglaterra no quadro do Liberalismo europeu</b>	<b>359</b>
1. A prática parlamentar inglesa – os grandes princípios	362
1.1. O Parlamento inglês até à Revolução Americana – linhas de força do seu desenvolvimento	362
2. Marcos do Direito Público inglês setecentista	376
2.1. Direito Natural e Razão	378
2.2. O factor tempo ou a relevância da História	385
2.3. Liberdade de pensar e invocação religiosa	388
2.4. A questão da Liberdade e da Propriedade	394
2.5. Poder político e Liberdade	395
<b>§ 3º. A difusão da ideia de Liberdade pela via francesa ou o Liberalismo na interpretação continental</b>	<b>425</b>
1. A França e o seu papel político cultural antes de 1789	425
2. Prolegómenos franceses de cunho liberal antes do Individualismo	426
2.1. Direito Natural e Razão	426
2.2. O tempo no fluir das vivências humanas	431
2.3. Liberdade de pensar e devoção religiosa	433
2.4. Liberdade e Propriedade	439
2.5. Poder político e Liberdade	440

<b>§ 4º. Fumos democráticos ou o Absolutismo colectivo: do imperativo da vontade geral</b>	467
1. Instala-se a controvérsia	467
2. Impugnação do louvor às Luzes	470
3. Religião natural ou religião revelada?	472
4. Questões antropológicas e vislumbres “democráticos”	476
5. A formação do Absolutismo colectivo	485
6. A conciliação pelo factor pedagógico na História das Ideias	498
7. Síntese do Pensamento rousseano	499
<b>§ 5º. O triunfo da História no Pensamento continental</b>	503
1. O papel da História	503
2. Liberdade de pensamento: tolerância positiva e Liberdade de escrever	504
3. A concepção de Liberdade política de De Lolme	505
<b>§ 6º. Tendências liberais na península itálica</b>	512
1. Absolutismo <i>versus</i> republicanism	513
2. Contratualismo e temporalidade	514
3. Legislação, república e monarquia	516
<b>§ 7º. Síntese da temática do presente capítulo</b>	519
CAPÍTULO IV	
AS TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS PROPICIADAS PELO INDIVIDUALISMO - TEORIA E HISTÓRIA DA LIBERDADE NOS ANTECEDENTES REMOTOS DA REVOLUÇÃO DE 1820	523
<b>§ 1º. Objectivos a atingirem na senda da História da Liberdade à Liberdade na História</b>	524
Ponto único. A Europa: do dealbar do Individualismo à Era Napoleónica – sumária caracterização	524
<b>§ 2º. A importância da Inglaterra no quadro do Liberalismo europeu <i>versus</i> a Liberdade Continental: geral (sequência)</b>	526
1. O Parlamento inglês depois da eclosão da Revolução Americana – defesa da ideia de Liberdade: a originalidade da Liberdade “aristocrática”	535
2. A questão da Igualdade e o tema das eleições	536
3. Liberdade civil <i>versus</i> Liberdade política	539
<b>§ 3º. O indispensável mote da Revolução Americana</b>	
1. A Revolução Americana e os seus fundamentos	541
1.1. Motivações da Revolução Americana	541
2. Os desenvolvimentos doutrinários da Revolução Americana na sua primeira fase	547
2.1. Estado de natureza e pacto social	550
2.2. O Individualismo na Democracia norte-americana: representatividade e soberania	554
2.3. Separação ou equilíbrio de Poderes	560
3. Textos legais com projecção no continente europeu (remissão)	564

§ 4º. A Revolução Francesa e as suas sequelas	564
1. As origens e os eventos fundamentais – sumária caracterização	564
1.1. Os pobres, os gritos e a mudança	566
1.2. Linhas de força duma revolução catalisadora	576
2. Ideias Morais e Políticas na Revolução Francesa	583
2.1. A primeira geração dos <i>Ideólogos</i> e a Liberdade	584
2.1.1. Na senda do Iluminismo e nos alvares do Liberalismo	585
2.1.2. Temática do Direito Natural	587
2.1.3. O valor da História	589
2.1.4. Liberdade de pensamento, de consciência e tolerância religiosa	590
2.1.5. Contratualismo e Poder Político	595
2.2. A segunda geração dos “ <i>Ideólogos</i> ”	632
2.2.1. Na senda do Iluminismo e nos alvares do Liberalismo	632
2.2.2. Temática do Direito Natural	634
2.2.3. O valor da História	634
2.2.4. Liberdade de pensamento, de consciência e tolerância religiosa	635
2.2.5. Contratualismo e Poder Político	642
3. Pós <i>Ideólogos</i> : Benjamin Constant ou um Pensamento autónomo: Liberdade dos Antigos <i>versus</i> Liberdade dos Modernos e De Felice – uma referência para o Triénio Vintista	649
3.1. Benjamin Constant e o papel da História: Liberdade dos Antigos <i>versus</i> Liberdade dos Modernos – aproximação e remissão	653
3.2. O indivíduo e a sua Liberdade: ideias gerais	657
3.3. A Liberdade individual na interpretação constantiana e feliciano: racionalidade e Liberdade de pensamento, de imprensa e religiosa	659
3.4. A Igualdade em presença da Liberdade: breve apontamento	670
3.5. Contratualismo e Constitucionalismo; soberania e Constituição	671
4. Textos legais determinantes para a Revolução Francesa (remissão)	690
§ 5º. Reflexão inglesa sobre os eventos revolucionários	690
1. Apresentação	690
2. O valor da História e o Direito Natural	694
3. Liberdade de pensamento e de religião	696
4. A questão do utilitarismo	697
5. Poder político e Liberdade	699
§ 6º. Immanuel Kant e a ideia de Liberdade	715
1. Inserção cronológica	716
2. Sumária introdução ao Pensamento kantiano	720
3. Kant e a História	726
4. A Liberdade de pensamento e a religião	729
5. Jusnaturalismo e política em Kant	739
5.1. Enquadramento geral das ideias kantianas sobre o Direito	740
5.2. A <i>Doutrina do Direito</i> : Direito Natural e Direito Positivo	744
5.3. Ideias Políticas e Contratualismo em Kant	749
5.4. Kant revolucionário	764

<b>§ 7º. Importância da Espanha para a difusão do Liberalismo e da Liberdade e seus opositores</b>	775
1. Apresentação	775
2. Direito Natural e História na formulação espanhola	776
3. Liberdade de pensamento e convicções religiosas	777
4. Poder político e Liberdade	778
<b>§ 8º. Síntese da temática do presente capítulo</b>	794
CAPÍTULO V	
<b>A GERMINAÇÃO DA IDEIA DE LIBERDADE INDIVIDUAL E POLÍTICA EM PORTUGAL E OS PROLEGÓMENOS DA REVOLUÇÃO DE 1820</b>	803
<b>§ 1º. Envolvência europeia como reacção à Revolução Francesa</b>	804
1. As primeiras investidas do providencialismo contra-revolucionário e os seus reflexos em França e na Europa	805
2. A importância da Revolução Espanhola e as suas tibiezas	810
<b>§ 2º. A situação portuguesa em finais do séc. XVIII e primeiros anos do séc. XIX</b>	810
1. Ideias gerais – a Liberdade individual	810
2. Ideias gerais – a Liberdade política	815
3. O impacto da Revolução Americana em Portugal	816
4. O impacto da Revolução Francesa em Portugal	820
4.1. A difusão das ideias Francesas	820
4.2. Universidade e sociedade nas vésperas do Liberalismo em Portugal	826
4.3. As questões políticas emergentes da Revolução Francesa até às Invasões	829
5. As Invasões Francesas e o reflexo que tiveram no plano cultural e político nacional	837
5.1. A Primeira Invasão Francesa e a resposta dos patriotas	841
5.1.1. Primeiros “Projectos de Constituição” para Portugal	846
5.1.2. Revoltas e rebeliões no tempo de Junot e reacção do Governo da Regência	857
5.2. Soult ou a teimosia de Napoleão Bonaparte	869
5.3. Massena e o obituário gaulês	876
5.4. José Acúrsio das Neves e a teorização das Invasões Francesas	877
5.5. As Invasões Francesas enquanto catalisador da Revolução de 1820: síntese geral	884
6. A questão da ida da Família Real para o Brasil	885
6.1. Estabelecimento orgânico-institucional do Reino do Brasil	890
6.2. Prenúncios da independência brasileira	897
7. A segunda fase do providencialismo contra-revolucionário: a Santa Aliança ou a guerra contra a Liberdade na Europa pós-bonapartista – traços gerais	899
<b>§ 3º. Razão, História e Liberdade de pensamento posteriores a 1789 e até aos alvares da Revolução Vintista no contexto da reflexão nacional</b>	910
1. Questões culturais e Liberdade individual	910
1.1. Apresentação	910
1.2. Direito Natural e História	911
1.3. Liberdade de pensamento ou eclectismo nacional	913



§ 4º. Germinação das ideias revolucionárias e seus sintomas antes de 1820: as Ideias Políticas no reinado de D. Maria I e de D. João, Príncipe Regente e monarca absoluto português até 1820	918
1. Apresentação do problema	918
2. A questão do tradicionalismo político português ou o correspondente pré-liberalismo	920
§ 5º. Manifestações políticas extra oficiais ou vultos eminentes no enquadramento da ideia de Liberdade marinha e joanina	929
1. Relação entre Poder temporal e Poder espiritual	929
2. Aristotelismo tardio ou renovação contratualista	931
3. Tradicionalismo <i>versus</i> temporalidade	934
4. A negação dos princípios revolucionários	941
5. As Leis Fundamentais	959
6. O caso especial de D. Pedro de Sousa e Hoelstein – Palmela	963
§ 6º. Recenseamento português dos contributos europeus – o papel da Imprensa	973
1. A Imprensa em Portugal entre 1789 e 1820	976
1.1. Imparcialidade <i>versus</i> partidarismo	978
1.2. Da Liberdade individual	986
1.3. Da Liberdade natural aos direitos abstractos ou a sequência francesa	991
1.4. Da Liberdade social ao modelo prático ou a ovação à História	994
2. Os emigrados em Inglaterra e França e a Imprensa da Liberdade	995
2.1. Apresentação sumária dos periódicos	996
2.2. Imparcialidade <i>versus</i> partidarismo	998
2.3. Da Liberdade individual	1004
2.4. Da Liberdade natural aos direitos abstractos ou a sequência francesa	1018
2.5. Da Liberdade social ao modelo prático ou a ovação à História	1030
§ 7º. Síntese da temática do presente capítulo	1059
 PARTE III DA HISTÓRIA DA LIBERDADE À LIBERDADE NA HISTÓRIA	 1061
 CAPÍTULO VI “CORPUS JURÍDICO-CONSTITUCIONAL” PORTUGUÊS: A DIVERSIDADE DAS MANIFESTAÇÕES DO PRIMITIVO LIBERALISMO PORTUGUÊS EM PRESENÇA DA LIBERDADE INDIVIDUAL E POLÍTICA – O RADICALISMO <i>VERSUS</i> A MODERAÇÃO	 1063
§ 1º. Recepção teórica do Liberalismo em Portugal e seus primitivos contornos	1064
1. Mapa político da Liberdade portuguesa	1064
2. As diversas propostas no geral: a Liberdade do indivíduo e da sociedade (geral)	1066
§ 2º. A questão da Liberdade de pensamento e os problemas da Liberdade de consciência, da tolerância religiosa e da Liberdade de imprensa	1067
1. As sequelas do Individualismo em geral (remissão)	1067
2. O caso português	1067

<b>§ 3º. Pontos de doutrina e Liberdade política: o Direito Natural, o contrato social e a soberania</b>	1068
1. A uniformidade de pontos de vista entre liberais no que respeita ao Direito Natural (remissão)	1068
2. A questão do Individualismo (remissão)	1069
3. O Poder político: a origem convencional ou a temática da soberania (remissão)	1071
4. O caso português no quadro das propostas estrangeiras	1073
5. Um caso especial a merecer detalhe: a Constituição como marca do Liberalismo e da ideia de Liberdade na Europa: a consagração da Liberdade individual e política	1079
5.1. Ideia geral e evolução até meados do séc. XIX na Europa	1079
5.2. A distinção entre Leis Fundamentais, Leis Constitucionais e Leis Ordinárias – limite à revisão constitucional em presença do conceito de Constituição	1080
5.3. O caso português	1084
6. A “Liberdade” dos Liberais e as “Liberdades” dos contra-revolucionários: impossibilidade de conciliação (remissão)	1088
<b>§ 4º. 1820: uma data emblemática para o Liberalismo peninsular: os caminhos paralelos de Portugal e Espanha</b>	1089
1. A herança de 1812 na Espanha do Triénio Constitucional	1090
2. A aprendizagem lusitana e os seus reflexos pré-constitucionais	1091
<b>§ 5º. Síntese da temática do presente capítulo</b>	1112
CAPÍTULO VII	
<b>IDEIA GERAL DO PARLAMENTARISMO PORTUGUÊS NO PERÍODO EM OBSERVAÇÃO – CONGRESSO E CORTES: A ACTUAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS REPRESENTATIVAS</b>	1115
<b>§ 1º. Manifestações da Liberdade e seus correlatos no Congresso Vintista</b>	1116
1. A instalação das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa e a sua organização interna	1119
1.1. As várias Comissões criadas para a elaboração de projectos de leis	1123
2. A Constituinte de 1821 e a elaboração da Constituição de 1822: ideias gerais e propedêuticas contidas nas Bases	1125
2.1. Uma incógnita chamada D. João VI	1131
2.2. Ponto de partida para o debate acerca dos direitos individuais e regime político da Nação Vintista e sua consagração política (remissão)	1135
2.3. A Liberdade de imprensa como salvaguarda da Liberdade política (remissão)	1140
2.4. Temas religiosos e a ideia de Liberdade (remissão)	1147
2.5. A questão da Propriedade e da Igualdade no discurso Vintista (remissão)	1148
2.5.1. A ideia de Propriedade e a de Liberdade (remissão)	1149
2.5.2. A questão das garantias jurídicas ou a remodelação do sistema judicial (remissão)	1150
3. Temas políticos e a ideia de Liberdade: a defesa da Liberdade política constitucional (remissão)	1155

§ 2º. Os contributos doutrinários de proveniência vária para a <i>Constituição de 1822</i>	1170
§ 3º. Síntese da temática do presente capítulo	1174
CAPÍTULO VIII	
A IDEIA DE “LIBERDADE NATURAL” COMO DIREITO NATURAL – A LIBERDADE DE PENSAMENTO E O CASO ESPECIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA	1177
§ 1º. A Liberdade de Imprensa na <i>Constituição de 1822</i> – aspectos gerais, introdutórios e remissivos	1178
1. Cádiz e a Liberdade individual do cidadão; a Liberdade de imprensa na <i>Constituição de 1812</i> (remissão)	1178
2. A Liberdade de imprensa na <i>Constituição de 1822</i>	1178
3. A Lei de Liberdade de Imprensa de 4 de Julho de 1821	1184
4. O Tribunal Especial para a Protecção da Liberdade da Imprensa	1190
§ 2º. A Liberdade de Imprensa no período do Vintismo	1192
1. Os principais jornais actuantes no contexto: metodologia de abordagem num quadro de opções: o papel da Imprensa em Portugal nos anos da Revolução – alguns periódicos do liberalismo	1192
1.1. Imprensa liberal: generalidades	1195
1.2. A Liberdade individual: Liberdade de imprensa	1199
1.3. A Liberdade individual: Liberdade de consciência	1201
1.4. A Liberdade civil	1203
1.5. A Liberdade política do cidadão e da sociedade	1204
2. Imprensa adversa à Revolução	1212
§ 3º. Síntese da temática do presente capítulo	1214
CAPÍTULO IX	
SUMÁRIA APROXIMAÇÃO À “LIBERDADE RELIGIOSA”	1217
§ 1º. Desenvolvimento da Liberdade Religiosa na doutrina e na literatura – breve apontamento e remissões	1217
Ponto único – Cádiz, a Liberdade de consciência e a tolerância religiosa (?) na regulamentação ordinária	1219
§ 2º. Liberdade de consciência teórica ou Religião de Estado oficial no Vintismo: eis o problema	1220
1. O exemplo de Cádiz	1220
2. O caso português: o Pensamento Vintista nas suas coordenadas gerais	1222
2.1. A Liberdade de consciência e a tolerância religiosa para os nacionais	1222
2.2. A questão “heterodoxia” e a sua ligação à Fé confessional	1227
2.3. Os “Direitos de Deus” e os Direitos da Nação soberana	1231
2.4. A Liberdade de consciência como preocupação extra-constitucional (ou Ordinária) no Congresso Vintista em presença do modelo gaditano	1232
§ 3º. Síntese da temática do presente capítulo	1233

## CAPÍTULO X

A “LIBERDADE CIVIL” E OS DIREITOS DO CIDADÃO	1235
§ 1º. A Liberdade civil no plano das garantias jurídicas	1235
Ponto único. Cádiz e a Liberdade civil	1236
§ 2º. A Liberdade civil no texto de 1822: ideias gerais	1238
1. A tolerância religiosa para os estrangeiros residentes em Portugal como garantia jurídica	1239
2. A Segurança é o espaço da Liberdade: o asilo que é casa do cidadão	1243
2.1. Desenvolvimentos da norma constitucional	1246
3. Invocação da Liberdade civil na temática da Propriedade: direitos banais, coutadas e forais	1247
3.1. A garantia da igualdade na disposição da Propriedade como marco da Liberdade civil	1248
4. A igualdade e a extinção dos privilégios pessoais de foro	1255
4.1. A regulamentação da extinção dos privilégios pessoais de foro nos termos legais	1256
5. Jurados e correcta aplicação da justiça ou o direito às garantias jurídicas: da Liberdade individual à Liberdade civil	1259
6. Direito de petição	1264
7. Relação entre Liberdade natural e direitos do indivíduo com demarcação dos delitos e das penas	1266
§ 3º. Síntese da temática do presente capítulo	1272

## CAPÍTULO XI

A “LIBERDADE POLÍTICA” DO CIDADÃO E A “LIBERDADE DA COMUNIDADE” – CAPACIDADE PARA PARTICIPAR NO EXERCÍCIO DA SOBERANIA NACIONAL E DEFESA DA LIBERDADE POLÍTICA DA NAÇÃO	1275
§ 1º. A Liberdade: o problema do direito de participação política ou a dimensão positiva da Liberdade política do cidadão: semelhanças e diferenças entre Gaditanos e Vintistas	1276
1. Cádiz e a Liberdade política do cidadão	1276
2. O Texto Fundamental português: considerações gerais	1278
2.1. A efectiva responsabilidade política dos cidadãos	1278
2.2. Os cidadãos e o seu voto ou a capacidade eleitoral: o Liberalismo e a Democracia	1280
§ 2º. Do Individualismo à Liberdade Política do cidadão na Constituição de 1822	1282
1. Liberdade política do cidadão nas suas manifestações coevas à reunião do do Congresso Vintista	1283
1.1. Ser “Português” e ser “Cidadão Português”	1283
2. A futura eleição dos deputados: do Individualismo à Liberdade política do cidadão	1290
2.1. O voto como manifestação da Liberdade política do cidadão ou a sua suspensão no âmbito da <i>Constituição de 1822</i>	1291
2.2. Sufrágio universal, directo, secreto e reeleição dos deputados: a decisão Vintista	1301

3. A Lei Eleitoral como Lei Constitucional: o direito de voto	1312
§ 3º. <b>A defesa das Leis Fundamentais (Constituição) pelo recurso à representatividade e ao equilíbrio de Poderes ou o triunfo da Vontade e da Razão individual no processo histórico concreto: a assunção do modelo gaditano</b>	1315
1. Cádiz e a Liberdade política da sociedade	1315
2. O Texto Fundamental português e a defesa da Liberdade política da sociedade: a soberania nacional	1317
2.1. Garantia e defesa da Constituição: o regresso do Rei e a posição do seu “ministério brasileiro”	1323
2.2. Garantia e defesa da Constituição – a separação de Poderes e o caso especial do Poder Legislativo: a submissão do Poder Régio ao Poder da Nação	1329
2.3. O Veto do Rei	1336
2.4. A Deputação Permanente	1344
2.5. O Conselho de Estado	1347
2.6. Unicameralismo (remissão)	1353
§ 4º. <b>O Brasil na tormenta do Vintismo: a perspectiva portuguesa e a resposta brasileira</b>	1353
§ 5º. <b>O papel político da maçonaria e organizações afins: ideias gerais e brevíssimas</b>	1373
§ 6º. <b>Síntese da temática do presente capítulo</b>	1381
CAPÍTULO XII	
O DIA SEGUINTE À JORNADA A SALVATERRA DE SUA MAJESTADE D. JOÃO VI DE PORTUGAL E OS PRENÚNCIOS QUE O ANTECEDERAM	1385
§ 1º. <b>A oposição interna à Revolução de 1820 como prenúncio dos acontecimentos de 1823</b>	1385
1. A questão dos “diplomáticos”	1386
2. A diáspora e a adesão dos seus Governos ao Sistema Constitucional	1392
3. O reconhecimento interno da existência da contra-revolução: inépcia em presença da mesma	1393
3.1. Algumas referências constantes na doutrinação contra-revolucionária	1401
3.2. As Cortes Ordinárias, a contra-revolução e a defesa da Liberdade	1407
3.3. As Cortes Extraordinárias e o apagamento do Triénio	1411
§ 2º. <b>A reacção: – A “Santa Aliança da Liberdade” responde à Santa Aliança dos déspotas que riposta: Portugal, Espanha, Nápoles, Piemonte e a “sobrevivência lusitana”</b>	1412
§ 3º. <b>Síntese da temática do presente capítulo</b>	1422
ALGUMAS CONCLUSÕES A RETER	1423
FONTES E BIBLIOGRAFIA	1425
ÍNDICE GERAL	1491